

# A NAÇÃO E O FEMININO em Jorge Amado

Sandra Maria Pereira do Sacramento

## O imaginário da nação e a construção da subjetividade feminina

O imaginário da nação foi pautado em modelo calcado em uma visão etnocêntrica, na medida em que, desde o primeiro momento da colonização, interesses imperialistas contrapunham-se àqueles da população local. Por isso, a empresa expansionista não hesitou em plasmar um ideário que estivesse de acordo com seus anseios. A terra e a população nela contida, quando descritas, sobressaem pelo exótico, pela riqueza e, principalmente, pela ausência de *civilização*. E a figura feminina, quando descrita, destaca-se por seu estado de pureza paradisíaca à espera de intervenção. Tal mito fundacional foi reeditado à exaustão, de acordo com os discursos, ora da ciência, ora da sociologia.

A permanência desse discurso vai se manter na literatura informativa de viagem do início da nossa colonização. Tanto na *Carta de Caminha*, no *Tratado da Terra do Brasil* de Pero de Magalhães Gândavo, no *Tratado da terra e gente do Brasil* de Fernão Cardim, como em *História da América portuguesa* de Rocha Pita encontramos uma leitura pormenorizada

do local e de seus muitos atrativos à espera de alguma intervenção. Em nenhuma outra região se mostrou o céu mais sereno, nem madrugada mais bela a aurora; o sol em nenhum outro hemisfério tem raios tão dourados, nem reflexos noturnos tão brilhantes; (...) é enfim o Brasil terrenal Paraíso descoberto, onde têm nascimento e cursos os maiores rios, domina salutaríssimo clima, (...), que fazem fértil e povoado de inúmeros habitantes. (PITA, 1965, p.12)

Não menos paradisíaca é a terra descrita pelos demais. Quanto aos seus habitantes, estes foram definidos sempre pela falta, pelo exotismo de seus costumes se comparados aos do europeu.

[...] E em tal maneira é graciosa que querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo por bem das águas que tem, porém o melhor fruto que nela se pode fazer me parece que será *salvar esta gente* e esta deve ser a principal semente que vossa alteza em ela deve lançar. (Pero Vaz de Caminha) (grifo nosso)

A formação discursiva se repete também em Gândavo:

A língua deste gentio toda plea Costa he, huma: carece de três letras – *scilicet*, não se acha nela F, nem L, nem R, cousa digna de espanto, porque assi não têm Fé, nem Lei, nem Rei, e desta maneira vivem sem Justiça e desordenadamente. Estes índios andão nus sem cobertura alguma, assi machos como fêmeas, não cobrem parte nenhuma de seu corpo, e trazem descoberto quanto a natureza lhes deu. [...] (1980, p.18)

Todorov, em *Nous et les autres* (1989), fala acerca do *paradoxo constitutivo* que caracteriza o olhar europeu diante da terra recém-descoberta. Trata-se de um conhecimento meramente superficial que não caracteriza de fato aquilo que lhe era desconhecido. Por isso, contradições nos enfoques se fazem presentes, sendo o índio, muitas vezes, elogiado e, ao mesmo tempo, chamado de selvagem (aquele que habita a selva), mas também de canalha e de muitos adjetivos negativos que em nada contribuíram para entender o habitante da terra. O canibalismo, por exemplo, não era visto pelos europeus como um ritual em que só os inimigos corajosos eram devorados, em situações especiais, sendo em muitos relatos visto como algo costumeiro, violento e banal.

Houve o imperativo da legitimação da posse, isso porque, ao real descoberto (sem-sentido), colocavam-se prementes a fantasia (imaginação) e, enquanto legitimação da posse (imaginário), a ideologia (imaginário). Em *Discurso de Fundação* (2003), organizado por Eni Orlandi, há a seguinte afirmação:

Todo o percurso em busca do Eldorado é uma relação com a loucura, com a conquista, com os sentidos do sem-sentido. Romper com o Velho Mundo e instalar o Novo a partir “daquilo” que encontravam. Nomes eram dados arbitrariamente, assim como eram arbitrários os limites que impunham ao acaso para ter um “país” configurado: as terras da margem esquerda pertencem ao país, as da margem direita, não. Porque dar sentido é construir limites, é desenvolver domínios, é descobrir *sítios designificância, é tornar possíveis gestos de interpretação.* (p.15)

As narrativas dos viajantes, assim, no início de nossa colonização, constituem relatos preciosos que explicitam o olhar etnocêntrico europeu diante do desconhecido. A noção de classificação e a absolutização dos lugares *enunciativos* ancoravam-se em discursos legitimadores em que o dissenso e a fragmentação eram banidos em nome da ordem e da exclusão. O *mito da construção da nação* também se faz presente nas construções discursivas das nações colonizadas, que, em um determinado momento de suas histórias, precisavam balizar suas culturas e seus territórios e, no caso da Literatura Brasileira, ocorre durante a Independência política em relação a Portugal. Entretanto, a figura feminina, quando descrita, acaba reeditando, à exaustão, o mito fundacional, em que tanto a terra recém-descoberta, quanto a sua população, encontram-se à espera de uma intervenção, de cunho altamente etnocêntrico, capaz de lhe garantir o acesso à *civilização*. Essa matriz conceitual aparece em obras posteriores, como em *Iracema* (1865) de Alencar, quando a índia tabajara, que empresta o nome à obra, é descrita em sua doce sujeição ao branco Martim. Nega a sua origem, em nome da entrega.

Iracema recosta-se langue ao punho da rede; seus olhos negros e fugidos, ternos olhos de sabiá, buscam o estrangeiro, e lhe entram n'alma. O cristão sorri; a virgem palpita; como o saí, fascinado pela serpente, vai declinando o lascivo talhe, que se debruça enfim sobre o peito guerreiro. (ALENCAR, 1998, p.44)

Alencar, nessa obra, imbuído do programa de descrever o país, por conta do projeto do Estado-Nação, na esteira da independência política de Portugal, impõe a conciliação como marca da colonização lusa no Brasil. Para tal, oculta qualquer ação que lembrasse violência, com o posterior silenciamento da voz do autóctone.

No século XIX, o discurso da ciência impôs uma coordenada outra à descrição do país e de sua gente, não sendo, entretanto, menos excludente que o anterior. Em *O Cortiço* (1890) de Aluísio de Azevedo, obra comprometida com a noção evolucionista das espécies, destaca-se a personagem Rita baiana, que, dotada de uma personalidade plena de sensualidade, encerra, na verdade, a teoria tainiana de que o ser humano é produto do meio, da raça e do momento histórico.

Rita havia parado em meio do pátio. Cercavam-na homens, mulheres e crianças; todos queriam novas dela. Não vinha em traje de domingo; (...). No seu farto cabelo, crespo e reluzente, puxado sobre a nuca, havia um molho de manjerição e um pedaço de baunilha espetado por um gancho. E toda ela respirava o asseio das brasileiras e um odor sensual de trevos e plantas aromáticas (AZEVEDO, 1973, p.74).

Não restando à personagem outro comportamento, que não a exacerbação de atributos naturais e a certeza de que, sendo habitante dos trópicos, estava fadada ao atraso e ao domínio das nações que já haviam alcançado um patamar de desenvolvimento. Evidentemente que essa teoria ancora-se em interesses do Imperialismo após 1870, durante a 2a. Revolução Industrial.

De fato, até Casa-Grande, a visão que tinham do Brasil os seus intelectuais, quase toda ditada pelos determinismos biológicos do Oitocentos, era essencialmente negativa e pessimista; e o que se contrapunha a esse catastrofismo racial – o ufanismo (“porque me ufano de meu país”) do conde Afonso Celso, presidente do Instituto Histórico – possuía mais virtudes cívicas do que analíticas. No fundo, no Brasil também dominava a idéia do “continente enfermo”, mal habitado por sub-raças, fruto da mestiçagem (MERQUIOR,1990, p.344).

Na verdade, nossos intelectuais “padeciam da doença de Nabuco”, como afirmou Mário de Andrade em carta a Drummond, sobre a formação dos mesmos, moldada em forma, cujo etnocentrismo reproduzia uma visada calcada no *mesmo* e não na *diferença*. Entretanto, ainda no século XX, a associação da mulher brasileira, ganha, naquele momento, aderência à representação em um contexto maior de latino-americanidade, por conta da política da boa vizinhança, entre 1939 a 1945, empreendida pelo então presidente norteamericano Franklin Roosevelt. Tal caracterização respondia por interesses imperialistas no continente, intensificados após a 2a. Guerra Mundial. A figura de Carmen Miranda, por exemplo, encerrava uma espécie de amálgama de todos os países abaixo da Equador, em que não podiam ficar desprezados a sensualidade, o excesso de cor, os trejeitos exóticos e a simpatia da mulher latino-americana. Tal *aglomerado semântico* tinha por base interesses políticos efetivos na região, enquanto a fidedignidade aos culturais ficava reservada a segundo plano.

... transformando a artista no estereótipo da mulher latino-americana, que se expressava musicalmente no ritmo de samba, rumba e bolero. A construção estilizada de sua imagem guardava um pouco de cada lugar da América, o que dificultava vê-la hoje como representante de uma *autêntica cultura brasileira*. (SOUZA,2002, p.161)

Interessante notar, que as próprias propagandas turísticas no Brasil ainda se valem em muito desse imaginário; tendo sido meta da Embratur em algum momento, para vender o Brasil lá fora, a utilização de fotos de brasileiras em trajes minúsculos. Essa estratégia pouco crível ajuda a ampliar hoje o turismo sexual no Nordeste e, especialmente, na Bahia. Segundo dados de 2002, disponível no *site* do Centro Hu-

manitário de Apoio à mulher, entre 100.000 e 500.000 mulheres são exploradas sexualmente em todo o país.

## A dominância discursiva do imaginário da nação em Jorge Amado

Ainda que a ciência do século XIX tenha incorporado uma série de ampliações na matriz de conceitos que vinham em franco desdobramentos desde primórdios. Ela provocou uma intensa reflexão a respeito das noções de cultura e de civilização, como lugar privilegiado da alteridade, e sobre a etnologia como conhecimento erudito do *Outro*, do *selvagem*, do *primitivo*, do *não civilizado*. (LABURTHE-TOLRA, 2003, p.26)

O certo é que essa ampliação só fez reforçar o pré-conceito em relação aos povos fora do eixo Norte-Norte. Na verdade, há uma abertura para a alteridade, mas essa continua ocupando o lugar do insólito. Se recorrermos ao discurso da ciência, no processo interpretativo da realidade sócio-histórica, veremos que, quase sempre, são discursos amparados em uma racionalidade constitutiva que disfarçam arbitrariamente os cortes e são incapazes de redimensionar algumas escalas, legitimadas em valores perenes. O discurso do estruturalismo, presente em *Antropologia Estrutural*, texto de 1958, por exemplo, que esteve na base da Antropologia, tem o mérito de ter aberto de alguma forma a possibilidade de ver o significado em uma dimensão social e histórica, quando Lévi-Strauss defende as raízes das estruturas no próprio cérebro humano, mas, ao mesmo tempo, em uma dimensão não-histórica, pouco circunstanciada, universaliza as leis da mente, usando noções como paralelismo, oposições, inversões... Tal prática se deve à dificuldade de dissociar pensamento conceitual de progresso.

*Tristes Trópicos*, publicado primeiramente em 1955, é livro de viagem, contendo a descrição das impressões do antropólogo sobre o Brasil, quando veio como professor convidado da USP. Nesse apanhado, o olhar esquematizador, científico se faz presente. Calçado em um princípio epistemológico, Strauss atribui ao pensamento mítico dos chamados *povos primitivos* uma organização da realidade estabelecida à *bricoular*, isto é, distanciado da noção de progresso teleológico, posto pela ciência naquele momento. Tal visada evidentemente não contempla a multiplicidade dos eventos. Em *Saudades do Brasil* (1994), por outro lado, o sentido da *diferença* já se coloca e, questionando qualquer pretensão auto-centrada, quebra a hierarquia dos valores eurocêntricos. Essa obra cobre o período entre 1935 e 1939, quando a industrialização se expandia em nosso país e a fase modernista de 1922 já havia instaurado o repensar da nação, em perspectiva bastante heterodoxa, se levado em conta o ponto de vista do colonizador.

Assim, diante do exposto, detectamos em *Gabriela, cravo e canela* do baiano Jorge Amado, publicada em 1958, a reprodução do ideário de discursos anteriores. Gabriela, apesar de já ser uma mulher adulta, tem um comportamento de criança, desprovida de qualquer valor. Na passagem abaixo se confirma o que dizemos.

Gabriela ia uns passos atrás com sua trouxa (...). Ia rindo com os olhos e a boca, os pés descalços quase deslizando no chão, uma vontade de cantar as modas sertanejas. (AMADO, 1969, p.157)

Gabriela acomodou-se na chão a seus pés. (...) Depois encostou a cabeça em seus joelhos, ele passou-lhe a mão nos cabelos. O pássaro sossegado, soltou seu trinado. (Ibidem, p. 257)

Como essa obra foi vertida para a Tv, tendo sido exibida na forma de novela, em horário nobre, depois sintetizada e, mais do que isso, vendida para emissoras no exterior, é possível que tenha sido utilizada, indiretamente, como propaganda turística do Brasil. Perdurando assim, o estereótipo posto sobre a mulher brasileira, já legitimado, em vários momentos, capaz de alimentar o imaginário da permissividade, em que a anomia, a falta de Lei, constitui a prerrogativa de nações ocupadas por povos primitivos, entregues à inocência e à espera da intervenção do homem branco.

Assim, o discurso etnocêntrico que pautou a tradição ocidental, manteve-se por muito tempo na própria Antropologia. Essa, quando estudava o comportamento dos povos e culturas oriundos do continente europeu, justificava-se, enquanto que, se o objeto de estudo centrava-se em outras origens, a disciplina ganhava a denominação de Etnologia. Guardando evidentemente, o cunho auto-centrado das investigações. Eneida Maria de Souza em *Crítica Cult* (2002) destaca o distanciamento operado, por exemplo, por Lévi Strauss, em *Saudades do Brasil* (1994) em relação aos *Tristes Trópicos*, em um processo deliberado de valorização do saber plural e o culto do convívio em espaço amplo pautado na bricolagem.

Lévi-Strauss se entrega à árdua tarefa de percepção das estruturas inconscientes que regem os esquemas mentais e à abertura para a alteridade. Estava para sempre selada uma das maiores contribuições que o estruturalismo podia oferecer aos estudos das ciências humanas, ao serem quebradas as fronteiras etnocêntricas e dado início ao processo de descolonização cultural. (P. 28)

Neste momento, há a releitura do estatuto cultural do colonizado, em franca desconstrução, porque rechaça, assim, a imagem etnocêntrica delineada pela colonização européia.

## Considerações finais

O discurso da nação condicionou um imaginário pleno de exotismo, reeditado em muitos momentos. Podendo ser identificado, como aqui fizemos, na literatura de viagem, com a Carta de fundação, com a avaliação de Rocha Pita e mesmo com Gândavo; na literatura brasileira, com Alencar, Aluísio de Azevedo e Jorge Amado; na indústria cultural com Carmen Miranda, cuja imagem comprometida com a expansão do neo-imperialismo norte-americano encerra, em sua figura, uma síntese da América Latina e da própria mulher deste continente; passando pela mídia televisiva, com a novela *Gabriela*, chegando até hoje aos *folders* turísticos, respaldados pela Embratur, órgão oficial de turismo, responsável pela divulgação do Brasil no exterior, tendo esse conteúdo sido levado à exaustão por órgãos estaduais e empresas do ramo.

Tal discurso, longe de problematizar questões pertinentes à vivência mesma da mulher, endossa, na verdade, a exclusão. Ao deslocar o foco de análise, deixa de se centrar em possíveis soluções que digam respeito ao efetivo desenvolvimento sustentável da nação e, evidentemente, da mulher nela inserida.



## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. Rio de Janeiro: Americana, 1973
- ALENCAR, José de. *Iracema*. São Paulo: Ática, 1998.
- ANDRADE, Mário de. *A Lição do Amigo. Cartas de Mário de Andrade*. Notas e apresentação de Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro: Record, 1988.
- CAMINHA, Pero Vaz de. *A carta*. São Paulo. L&PM/ História, 1987.
- CARDIM, Fernão. *Tratado da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- GÂNDAVO, de Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil: História da Província de Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980
- LABURTHE-TOLRA, Philippe Laburthe & WANIER, Jean Pierre. *Etnologia- Antropologia*. Trad. Anna Hartmann Cavalcanti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MERQUIOR, José Guilherme. *Crítica 1964-1989*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990
- NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Introdução de Gilberto Freyre. 10ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- ORLANDI, Eni. *Discurso fundador: a formação e a construção da identidade nacional*. Campinas: Editora Pontes, 1993.
- PITA, Rocha. *História da América Portuguesa*. Rio de Janeiro: Progresso, 1965.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. VII. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Saudades do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SOUZA, Eneida Maria de. *Crítica Cult*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

## Resumo

Esse trabalho visa a delinear o imaginário da nação, presente na obra *Gabriela, cravo e canela* de Jorge Amado. Tal imaginário, preso a um ideário da expansão européia, do século XVI, foi reeditado à exaustão, ao longo dos séculos, sendo inclusive encontrado ainda hoje em *folders* turísticos, quando destacam os atrativos da nação colonizada. Quase sempre essas estratégias sinalizam o exotismo e a visão paradisíaca da permissividade como algo constante em países periféricos como o Brasil.

## Abstract

This work aims to delineate the imaginary of the nation, present in the *Gabriela, cravo e canela* of Jorge Amado. Such imaginary, imprisoned to some ideas of the European expansion, of century XVI, it was reedited to the exhaustion, the centuries, being also found in tourist folders still today, when they detach the attractions of the colonized nation. Almost always these strategies signal the exotism and the paradisiacal vision of the constant permissivity as something in peripheral countries as Brazil.



SACRAMENTO, Sandra Maria Pereira do. A nação e o feminino em Jorge Amado. *Léngua & meia: Revista de literatura e diversidade cultural*. Feira de Santana: UEFS, v. 4, n° 3, 2005, p. 168-175.

Sandra Maria Pereira do Sacramento é professora Titular em Teoria da Literatura da UESC. Graduada em Letras pela UFRJ. Mestre em Letras pela UERJ, Doutora pela UFRJ. Publicou, dentre outros livros, *O perfil feminino na obra de José Lins do Rego: Opressão e Discernimento* (2001) e *Identidade, nação e gênero na literatura brasileira* (2004). É coordenadora do Mestrado em Cultura e Turismo, convênio UESC/UFBA.